

Sarney corta recursos

QUARTA-FEIRA, 4 DE JANEIRO DE 1989

do orçamento

Sarney prevê

Agricultura, exportações e merenda escolar perdem Cz\$ 22,5 trilhões até a reabertura do Congresso

BRASÍLIA — Os vetos do presidente José Sarney ao orçamento da União aprovado pelo Congresso Nacional atingem a Cz\$ 22,5 trilhões em despesas que ficam como recursos disponíveis para ser usados somente através de autorização do Legislativo como crédito especial, informou ontem o secretário de Orçamento e Finanças da Sepplan, José Ribas. Os estados e municípios que queriam rolar 90% da dívida, contra os 75% pretendidos pelo governo, foram os mais beneficiados porque poderão rolar 92%. Ou seja, vão pagar apenas Cz\$ 178 bilhões, quando o governo planejava arrecadar Cz\$ 550 bilhões. O total das despesas do orçamento que era previsto em Cz\$ 105 trilhões, foi reduzido para Cz\$ 82,5 trilhões.

Ribas esclareceu que o presidente vetou apenas aquilo que se considerou inconstitucional ou estranho ao orçamento, por se tratar muito mais de matéria financeira do que orçamentária. Com os vetos, diversos programas ficarão sem recursos até o reinício dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro, entre eles a merenda escolar, financiamento da atividade agrícola, subsídios às exportações e estoques reguladores. A construção da Ferrovia Norte-Sul não foi atingida pelos vetos e terá garantida os Cz\$ 19 bilhões fixados no orçamento.

Segundo o secretário de Orçamento e Finanças da Sepplan, foram vetados o parágrafo único do artigo 3º; incis VII e IX e parágrafo único do artigo 4º; artigo 5º e seus parágrafos; artigo 7º e artigo 8º. Estes dois últimos obrigavam o governo a publicar até o último dia de cada mês as informações relativas ao fluxo das receitas e despesas. Como a prática está prevista na Constituição não se justificava incluí-la na lei do orçamento.

PRINCIPAIS CORTES

O veto mais significativo atingiu todo o artigo 5º, que trata da rolagem da dívida dos estados, embora Ribas garanta que o governo vai respeitar a rolagem de 92%, fixada pelo Congresso. O veto ocorreu para justificar o corte de despesas já que o presidente da República está impedido constitucionalmente de impor vetos parciais.

Ocorre que para proporcionar aos estados e municípios uma rolagem de 92%, contra os 75% pretendidos pelo governo, os parlamentares tiveram de fazer alterações nas outras despesas previstas no orçamento e até nas estimativas de retorno das operações oficiais de crédito. O secretário José Ribas disse que o retorno foi superestimado. "Isso nos obrigou a vetar quase todos os projetos do orçamento previsto com as operações especiais de crédito." Dos Cz\$ 13 trilhões, só foram preservados Cz\$ 800 bilhões correspondente às transferências para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através dos órgãos regionais, e destinados ao PIS-Pasep. Os programas mais importantes que ficaram sem recursos foram: financiamento para investimentos agropecuários, custeio pecuário, custeio agrícola, investimentos em irrigação, política de preços mínimos, investimentos industriais, exportações, comercialização do açúcar, estoques reguladores, alimentação escolar, assistência técnica, extensão rural e para manutenção e operação dos transportes ferroviários urbanos. No total, são 156 programas e projetos.

José Ribas disse que o Congresso Nacional pode derrubar os vetos do presidente Sarney, para o que será necessário maioria absoluta. A matéria só será examinada a partir de 15 de fevereiro e o prazo para rejeitar os vetos será de 30 dias. "Mas o Executivo não vai esperar vencer o prazo para enviar mensagem de créditos especiais", disse Ribas.